



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Relatório da Administração

A Administração da IT ART Tecnologia S.A. (“companhia”) apresenta aos acionistas e demais partes interessadas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Este relatório tem como objetivo fornecer uma visão geral do desempenho econômico-financeiro da Companhia, bem como destacar os principais fatores que influenciaram os resultados do exercício, a evolução da posição patrimonial e as perspectivas futuras.

Ambiente de Negócios

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente econômico caracterizado por maior volatilidade e ajustes no mercado de tecnologia e serviços especializados na venda de tickets, refletindo mudanças no comportamento de demanda de clientes e aumento da competitividade no setor.

Nesse contexto, a Companhia manteve sua estratégia com foco na manutenção de sua base de clientes e na eficiência operacional.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida de vendas e serviços totalizou R\$ 15.584 em 2025, comparada a R\$ 19.062 no exercício de 2024, representando uma redução de aproximadamente 18,2%.

Essa variação está associada principalmente a: redução no volume de projetos e serviços prestados; revisão de contratos comerciais e maior competitividade no mercado.

O custo dos serviços prestados e produtos vendidos totalizou R\$ 13.564 em 2025, resultando em lucro bruto de R\$ 2.020. Em 2024, o lucro bruto havia sido de R\$ 7.526, evidenciando uma redução significativa na margem operacional da Companhia.

A redução da margem bruta decorre principalmente do aumento relativo de custos operacionais e da menor diluição de despesas fixas em função da redução de receitas.

As despesas operacionais totalizaram aproximadamente R\$ 5.506.

Em função da redução da receita e da manutenção de parte significativa da estrutura operacional, o resultado operacional apresentou deterioração em relação ao exercício anterior.

A Companhia apresentou prejuízo operacional de R\$ 3.486 em 2025. Em 2024, a Companhia havia registrado lucro líquido de R\$ 3.736.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Análise de Indicadores Financeiros

O índice de liquidez geral em 2,25 indica que a Companhia possui ativos suficientes para cobertura de suas obrigações totais, evidenciando adequada posição de solvência. A estrutura de capital permanece predominantemente financiada por recursos próprios.

Os indicadores de rentabilidade com margem bruta em 13%, margem operacional em (22,4%) e margem líquida em (9,1%), refletem o impacto da redução de receitas e da pressão sobre custos no período.

Mesmo diante do resultado negativo no período, a Companhia mantém patrimônio líquido positivo e estrutura de capital sólida, assegurando a continuidade de suas operações.

Para os próximos exercícios, a Administração pretende fortalecer a posição comercial da Companhia; ampliar o portfólio de soluções tecnológicas e aprimorar a eficiência operacional e o controle de custos melhorando os níveis de rentabilidade e geração de caixa. A Companhia continuará focada na sustentabilidade de suas operações e na criação de valor para seus acionistas no longo prazo.

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados na Companhia ao longo do exercício.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Responsabilidade social

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a equidade de gênero, apresentando informações sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional.

A Companhia é também signatária e observa o Código de Ética e Conduta de sua controladora (<https://ri.t4f.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigo-de-etica/>), o qual apresenta diretrizes corporativas definidas, papéis e responsabilidades.

Nesse contexto, a Companhia valoriza as pessoas e sua individualidade, respeita as diferenças e busca oferecer oportunidades iguais para todos, independentemente de cor, credo, orientação sexual, gênero, origem ou necessidades especiais.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 48% de mulheres em seu quadro de funcionários (60% em dezembro de 2024). A quantidade de mulheres na Diretoria estatutária se manteve estável de 2024 para 2025, com 50% ocupando esse cargo.

Número e proporção de mulheres por nível hierárquico

A tabela abaixo apresenta a distribuição do quadro de colaboradores por nível hierárquico e gênero nos exercícios de 2025 e 2024.

Grupo	2025	2024
Conselho	0%	33%
Diretoria estatutária	50%	50%
Demais cargos	55%	65%

Proporção da remuneração total de mulheres em relação aos homens

Grupo	2025	2024
Conselho	0%	100%
Diretoria estatutária	0%	0%
Demais cargos	73%	82%

As diferenças observadas entre remunerações médias refletem principalmente fatores como: nível de experiência profissional; tempo de permanência na Companhia; funções específicas exercidas; escopo de responsabilidade dos cargos.

A Companhia mantém políticas de remuneração baseadas em critérios de qualificação profissional, desempenho e responsabilidades do cargo, buscando assegurar práticas alinhadas aos princípios de equidade e transparência.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

A Administração da Companhia acompanha periodicamente a composição de seu quadro funcional e as práticas de gestão de pessoas, com o objetivo de promover um ambiente organizacional inclusivo, diverso e alinhado às melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia permanece comprometida com o fortalecimento de políticas de diversidade, equidade e inclusão, observando a legislação aplicável e as diretrizes de governança corporativa.

Proposta de Destinação do Resultado

Em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social da IT ART Tecnologia S.A., a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas a proposta de destinação do resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras do exercício, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 1.412 mil (Um milhão quatrocentos e doze mil reais) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos da legislação societária vigente, a constituição de reservas de lucros e a distribuição de dividendos dependem da existência de lucro líquido positivo no exercício, após as deduções legais aplicáveis.

Diante do prejuízo apurado no exercício, a Administração propõe que o resultado seja integralmente absorvido pela conta de lucros (prejuízos) acumulados, conforme permitido pelo artigo 189 da Lei nº 6.404/76. Assim, não haverá constituição de reservas de lucros relativas ao exercício, bem como, em virtude da inexistência de lucro líquido distribuível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não haverá distribuição de dividendos, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.194	14.865
Contas a receber	7	7.814	17.645
Estoques		156	-
Tributos a recuperar	8	1.423	1.807
Adiantamentos a fornecedores	9	2.779	9
Custos antecipados		-	251
Partes relacionadas	10	24	-
Outras contas a receber		2	4
Total do ativo circulante		24.392	34.581
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais		17	18
Total do realizável a longo prazo		17	18
Imobilizado		189	92
Outros intangíveis	11	1.485	1.849
Total do ativo não circulante		1.691	1.959
TOTAL DO ATIVO		26.083	36.540
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	6.703	6.270
Impostos e contribuições a recolher	13	86	86
Total do passivo não circulante		6.789	6.356
TOTAL DO PASSIVO		11.001	19.159
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	8.694	7.800
Reserva legal	15	557	370
Lucro (Prejuízo) acumulado	15	5.831	9.211
Total do patrimônio líquido		15.082	17.381
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.083	36.540



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	16	15.584	19.062
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	12 b)	(13.564)	(11.536)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		2.020	7.526
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	12 a)	(4.896)	(3.707)
Remuneração dos administradores	12 a)	(857)	(703)
Outras receitas e despesas, líquidas		280	(418)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(3.486)	2.698
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(109)	(157)
Receitas financeiras	18	2.248	2.421
Variação cambial e monetária, líquida	18	(65)	(253)
		2.074	2.011
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.412)	4.709
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	13 a)	-	(973)
Diferido		-	-
		(1.412)	3.736
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas Legal	Reserva estatutária	Reservas de Lucros Reserva de retenção de lucros / Prejuízos acumulados	Lucro (Prejuízo) do período	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.800	244	-	3.678	2.522	14.244
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	3.736	3.736
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(599)	(599)
Constituição de reserva legal	-	126	-	-	(126)	-
Retenção do Lucro líquido	-	-	-	1.797	(1.797)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.800	370	-	5.475	3.736	17.381
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(1.412)	(1.412)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(887)	(887)
Constituição de reserva legal	-	187	-	-	(187)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	2.662	-	(2.662)	-
Aumento de capital social	894	-	(894)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	8.694	557	1.768	5.475	(1.412)	15.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) lucro do exercício	(1.412)	3.736
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	706	625
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas,	48	257
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	391	444
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	288
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	9.831	(1.877)
Estoque	(156)	-
Impostos a recuperar	384	(1.674)
Adiantamentos a fornecedores	(2.770)	2
Outras contas a receber	2	13
Depósitos judiciais	1	(18)
Custos antecipados	251	(51)
Fornecedores	603	(12.290)
Obrigações com Clientes	(7.692)	-
Impostos e contribuições a recolher	(1.202)	1.062
Salários, provisões e encargos sociais	112	(12)
Adiantamentos de clientes	(18)	3
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(7)	(6)
Partes Relacionadas	-	379
Outras obrigações	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	(928)	(9.119)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado e intangível	(438)	(644)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(438)	(644)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Partes relacionadas	(418)	172
Pagamentos de dividendos	(887)	(599)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(57)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(1.305)	(484)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.671)	(10.247)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	14.865	25.112
No final do exercício	12.194	14.865
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	(2.671)	(10.247)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Não auditadas)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Contexto operacional

A IT.Art Tecnologia S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, que têm como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero. A empresa utiliza metodologias ágeis de atualização contínua, garantindo que o software esteja sempre atualizado e compatível com novos dispositivos.

A Companhia concentrou suas operações no mercado nacional, não possuindo filiais no exterior. A Administração acompanha permanentemente as condições de mercado, buscando inovação tecnológica, ampliação de parcerias estratégicas e expansão da base de clientes.

A continuidade operacional da Empresa está suportada por sua geração de caixa recorrente proveniente de contratos ativos, carteira de clientes consolidada e estrutura de capital compatível com suas operações.

A companhia é controlada pela T4F Entretenimento S.A., as demonstrações financeiras da companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

a) As demonstrações financeiras compreendem o período acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2024, preparadas e apresentadas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

b) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como "IFRS Accounting Standards"), e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

c) As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

d) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se e (iv) histórico do cliente. A perda é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

c.i) Provisões

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Obrigações com clientes

As obrigações com clientes referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma da INTI. A INTI reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor de obrigações com clientes compreende ao valor disponível para retirada do cliente.

e) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos na atividade da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

Baseada no modelo de cinco etapas da norma, a saber: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida, a Companhia analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem quando:

As receitas de serviços, de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

f) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

g) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

h) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são contratos que geram um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra, sendo reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis são incorporados ao valor do instrumento, exceto nos casos mensurados ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, sendo, em geral, enquadrados como empréstimos e recebíveis, mensurados pelo custo amortizado. As compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação. Para instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado do período.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos nas rubricas de receitas ou despesas financeiras no período em que ocorrem. A compensação entre ativos e passivos financeiros é realizada quando há um direito legalmente aplicável de compensação e a intenção de liquidar as posições de forma líquida ou simultânea.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações (nota explicativa nº 13). Provisões são constituídas para todos os riscos que possam vir a representar perdas, cujos valores são mensurados com estimativa confiável e com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico, natureza das ações, o estágio processual, a experiência histórica com casos semelhantes e outros fatores relevantes que possam afetar a estimativa de perda, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para as seguintes normas ou alterações a administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº01: Divulgação de Informações financeiras Relacionadas à sustentabilidade	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG). A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CBPS nº01: Divulgação de Informações financeiras Relacionadas à sustentabilidade.				
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos	31	266
Aplicações financeiras:		
Certificado de Depósito Bancário - CDB(ii)	9.999	9.740
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.164	4.859
Total	12.194	14.865

(i) Certificados de Depósito Bancário CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 655 dias, os quais são remunerados por taxas médias de médias de 100% da variação do CDI, (99% a 101% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2024), mantidos em instituições financeiras no Brasil.

(ii) Depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 45 dias, os quais são remunerados por taxas médias de 67% da variação do CDI (67% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2024), mantidos em instituições financeiras no Brasil.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	2025	2024
Clientes faturados (i)	1.271	1.452
Bilheteria (ii)	7.212	16.481
Total das contas a receber	8.483	17.933
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(669)	(288)
Total	7.814	17.645

(i) Os clientes faturados referem-se a saldos de clientes que utilizam a plataforma da INTI, considerando as transações registradas e processadas no sistema.

(ii) A rubrica bilheteria corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas pela venda de ingressos por meio da plataforma INTI.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Impostos federais a recuperar	1.191	1.405
Outros Impostos a recuperar	232	402
Total	1.423	1.807

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	2025	2024
Adiantamento operacionais (i)	2.664	-
Outros	115	9
Total	2.779	9

(i) A Companhia realizou adiantamentos de valores de bilheteria a determinados clientes, com o objetivo de viabilizar operações comerciais futuras. Tais adiantamentos são precedidas de contratos de exclusividade de intermediação de venda de ingressos na plataforma digital da Companhia, bem como previsão de garantias por parte dos clientes.

10. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de R\$ 24 no ativo circulante e R\$ 418 no resultado (R\$ 394 no passivo circulante e R\$ 547 no resultado em 31 de dezembro de 2024), relativos a um acordo de gestão e administração com sua controladora T4F Entretenimento S.A., que inclui recebimento, repasses e pagamentos de despesas. A movimentação de partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	2024	A pagar	A receber	2025
Backoffice	(1.765)	(947)	662	(2.050)
Perticket	1.404	-	703	2.107
Outros (desenvolvimento)	(33)	-	-	(33)
Total	(394)	(947)	1.365	24



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

11. OUTROS INTANGÍVEIS

a) Outros intangíveis

a) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	2025	2024
Custo			
Software		3.439	3.080
Outros intangíveis		-	50
Amortização			
Software	20	(1.954)	(1.281)
Total		1.485	1.849

b) Movimentação do intangível

	2025	2024
Saldo inicial	1.849	1.765
Adições:		
Software	309	640
Total de adições	309	640
Amortização ⁽ⁱ⁾	(673)	(556)
Saldo final	1.485	1.849

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 16.b).

12. FORNECEDORES E OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

	2025	2024
Fornecedores nacionais	1.391	788
Obrigações com clientes (i)	2.124	9.816
Total	3.515	10.604

(ii) Contemplam valores de vendas de ingressos de terceiros que são repassados ao produtores dos eventos baseados em contrato entre as partes.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
COFINS a recolher ⁽ⁱⁱⁱ⁾	222	202
PIS a recolher ⁽ⁱⁱ⁾	45	37
Imposto Sobre Serviços - ISS	59	86
IRPJ e CSLL a recolher ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	1.148
Parcelamento de impostos ⁽ⁱ⁾	5	35
INSS de terceiros a recolher	1	8
Outros	9	27
Passivo circulante	341	1.543
Parcelamento de impostos ⁽ⁱ⁾	86	86
Passivo não circulante	86	86

(i) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o novo parcelamento através do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A Companhia aderiu ao parcelamento de tributos federais não pagos no ano de 2021 com parcelas a vencer até Junho de 2028

(ii) A Receita Federal informou à Comissão Mista de Orçamento que houve o atingimento do limite previsto em benefícios fiscais no montante de R\$ 15 bilhões estabelecidos na Lei do Perse em março deste ano. Nos termos da referida legislação, a partir de abril de 2025, os incentivos fiscais foram encerrados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte envolvida em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	2025	2024
Trabalhistas	6.445	5.366
Cíveis	258	904
Total	6.703	6.270

14.1) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	2024	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2025
Trabalhistas	5.366	1.044	-	35	6.445
Cíveis	904	(653)	(7)	14	258
Total	6.270	391	(7)	48	6.703

As provisões trabalhistas incluem contratos na modalidade PJ, no qual os colaboradores inativos podem ingressar com reclamação trabalhista em até dois anos após o desligamento. Caso isso ocorra, o cálculo do processo pode retroagir para os últimos cinco anos anteriores à data de ajuizamento. Para fins de estimativa de contingências trabalhistas, é aplicada uma provisão de 85% sobre o saldo calculado.

14.2) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está envolvida em processos cíveis e outros classificados como perda possível no valor de R\$ 20.396 (R\$ 21.342 em 31 de dezembro de 2024). Entre os processos cíveis e outros que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia figura no polo passivo de diversas ações em trâmite em Juizados Especiais de abrangência nacional, em função de cancelamento e problemas havidos em eventos de terceiros. Considerando que a Companhia está na cadeia de consumo, é incluída no polo passivo dessas ações pelos consumidores. O valor estimado em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente R\$ 396 (R\$ 1.322 em 31 de dezembro de 2024) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

b) A Companhia recebeu, em 29 de abril de 2024, Notificação sobre Instauração de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, informando sobre o requerimento de instituição de procedimento arbitral. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem a sua dissolução parcial e o pagamento de valores aos requerentes após apuração de haveres. O valor atribuído à causa é de R\$ 20.000 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da companhia no valor de R\$ 894 sem impacto em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$8.694 (R\$7.800 em 31 de dezembro de 2024), representado por 3.859.250 ações ordinárias nominativas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Número de Ações ON	Participação acionária
T4F Entretenimento S.A.	2.315.550	60%
BPL Holding Ltda.	1.543.700	40%
Total	3.859.250	100%

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Durante o ano de 2025 foram distribuídos dividendos obrigatórios no montante de R\$ 887 relativos ao ano calendário anterior aprovado em AGO realizada em 2025 (R\$ 599 distribuído no exercício de 2024).

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social realizado. No exercício de 2025 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 187 relativo ao ano calendário anterior aprovado em AGO realizada em 2025 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2024).

d) A reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados é constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos. A destinação será deliberada em Assembleia a ser realizada em 2026.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

16. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Receita Bruta de Serviços	17.178	20.348
Total da Receita bruta	17.178	20.348
Deduções e impostos incidentes	(1.594)	(1.286)
Receita líquida	15.584	19.062

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	2025	2024
Despesas com pessoal	(3.152)	(2.288)
Serviços de terceiros	(1.610)	(1.593)
Utilidades e facilidades	(23)	(50)
Reversão (constituição) de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(288)
Outras despesas	(1.001)	(191)
Total	(5.786)	(4.410)
Vendas	(33)	-
Gerais e administrativas	(4.896)	(3.707)
Remuneração dos administradores	(857)	(703)
Total das despesas por natureza	(5.786)	(4.410)

b) Custos por natureza:

	2025	2024
Transportes e locações	(271)	(386)
Serviços de terceiros	(3.872)	(2.037)
Viagens e locomoção	(140)	(111)
Utilidades e facilidades (b)	(33)	(61)
Mídia e publicidade	(32)	(13)
Depreciação e amortização	(655)	(625)
Custos com pessoal	(3.078)	(1.548)
Custos de produção	(5.483)	(6.755)
Total	(13.564)	(11.536)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(18)	(87)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(25)	(2)
Outras	(66)	(68)
Total	(109)	(157)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.032	1.163
Outras	215	1.258
Total	2.248	2.421
Variações cambiais, líquidas:		
Passivas	(2)	-
Ativas	1	-
Variações monetárias, líquidas:		
Passivas	(65)	(255)
Ativas	1	2
Total	(65)	(253)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	2025	2024
Despesa de IRPJ corrente	-	(713)
Despesa de CSLL corrente	-	(260)
Total	-	(973)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(1.412)	4.709
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	480	(1.601)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:		
Multas e despesas indedutíveis	(28)	(80)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(126)	(235)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(98)
Benefício lei 14.148/2021 - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)	-	1.266
Outros itens	(326)	(225)
Débito de IRPJ e CSLL	0	(973)
% alíquota efetiva	0%	-21%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos.

b) Exposição ao risco cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

c) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias restritivas que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Esse cenário começou a mudar entre 2016 e 2020, período em que houve reduções relevantes na taxa básica de juros. Contudo, a partir de 2021, diante das pressões inflacionárias associadas aos impactos econômicos da pandemia, observou-se um novo ciclo de elevação das taxas de juros com o objetivo de controlar a inflação. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a inflação acumulada em 12 meses encerrou dezembro de 2025 em 4,26%, após registrar 4,83% em 2024.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

d) Risco Legais

O governo brasileiro pode, a qualquer momento, alterar os seu regime tributário de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

e) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

vii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

21. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

Em 31 de dezembro de 2025 a quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e lucro diluído por ação foi de 3.859.250 resultando em um lucro por ação de R\$ (0,3659) em reais (R\$ 0,9681 em reais em 31 dezembro de 2024).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(1.412)	3.736
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	3.859.250	3.859.250
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação	3.859.250	3.859.250
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	(0,3659)	0,9681
